
Sobre uma arrelia que provoca tensão entre arqueologia e história: documento escrito/documento material

*José Alberione dos Reis**

Resumo: Este texto trata da possível tensão que existe entre documento escrito/documento material no campo da Arqueologia.

Palavras-chave: documento escrito, documento material, Arqueologia, história.

Abstract: This text is concern about the possible state of tension between written document/material document in the field of archaeology.

Key words: written document, material document, Archaeology, history.

1 Do assuntar os começos

Mas, se estivermos de acordo em que todas as coisas da história, são feitas pelos homens, veremos então como é possível que a vários objetos ou lugares ou épocas sejam atribuídos papéis e significados dados que adquirem validade objetiva só *depois* que essas atribuições acontecem (SAID,1990, p. 64).

Vou falar aqui de uma tensão, buscar nas palavras. No *Dicionário Aurélio*, tensão: qualidade ou estado do que é tenso, estendido com força, esticado, retesado. Por isso o título sobre esse possível estado de tensão entre documento escrito/documento material no âmbito da Arqueologia. Parece, por outro lado, um constatar “temas cansados da Arqueologia *versus* História, documento *versus* artefato e o que mais seja” (JOHNSON, 1999, p. 23). Pelo sim, pelo não – segundo o velho ditado ‘não está morto quem peleia’ – tensão não resolvida produz mesmo cansaço. Situação esta não de fim, de término, de encerramento, mas de pausa e recomeço, de continuar se perguntando.

* Doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas; professor no Departamento de História e Geografia da Universidade de Caxias do Sul; e-mail: tocchett.voy@terra.com.br

Mais adiante, o autor fala de várias tensões e fragmentações que permeiam o trabalho arqueológico. Estas são vistas, porém, “como desafios, como produzindo novos discernimentos para com o passado, mais do que problemas ou limitações”. (JOHNSON, 1999, p. 31).

Assim posto, neste texto proponho a apresentação de alguns pontos dentro dessa tensão cansada, porém, desafiante. (CUYLER YOUNG JR., 1988). Busco alguns autores que trabalham essa problemática e sintetizo alguns de seus pensamentos. Tecerei reflexões sobre o que se pode pensar como “diferença” pairando sobre essa tensão, nas fontes documentais para o trabalho arqueológico. Exponho, como ilustrações desse esticamento, dois casos: “Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX” de Symanski (1998) e “A colonização portuguesa na Ilha de Marajó: espaço e contexto arqueológico-histórico na missão religiosa de Joanes” de Lopes (1999). Apresento esses casos sob o foco de como essa tensão foi trabalhada. Fechando o texto, o que ainda é do âmbito do não concluir nesse debate provocador de fragmentações entre documento material e documento escrito.¹

Nesse assunto de começos, duas ressalvas. Primeira: a tensão aqui referida pode ser entendida dentro de uma grande fragmentação que coloca de um lado a Arqueologia Pré-Histórica e de outro a Arqueologia Histórica.²

Falo aqui apenas da tal Arqueologia Histórica. Segunda: sem fugir dos postulados acadêmicos que balizam o rigor científico, escrevo na demonstração do sabor que a pesquisa instiga. Nesta verve, como referência, remeto a Pacheco e Albuquerque (1999, p. 115-133) que produziram um saboroso e divertido texto sobre arte rupestre.

2 Da tentativa de abrir as palavras

Independência, suporte, diferença, ajuda, equivalência, subordinação, complemento, e tantas outras palavras buscam designar a abrangência dessa tensão entre documento material e documento escrito para a Arqueologia Histórica (FUNARI et al., 1999; HILLS, 1997; KERN, 1991). Dito de outro modo, seria uma tensão entre o mundo das coisas e o mundo das representações (THOMAS, 1998). Nessa verve, Moniot (1995) faz uma outra distinção entre esses dois tipos de documentos: aqueles produzidos pela comunicação que realizam os homens entre si – escritos orais, pictóricos, gestuais, musicais, etc. – e aqueles que são os vestígios materiais da ação humana no mundo.

Empenho-me, no que segue agora, em delinear os trajetos dessas palavras no rumo da cansada tensão, estimulante ainda ao caminhar de seu esticamento.

2.1 As palavras sem as coisas: prolegômenos teóricos

Documento escrito

Para começar, reflito em relação ao que seja documento escrito.

Desde a escola positivista,³ o documento escrito assenta sua primazia como fonte soberana no fazer histórico. Tal premissa, atualmente, já estremece na sua excelência em função do que se denomina de crítica das fontes ou, como aponta Veyne (1987 p. 14), que “em caso algum o que os historiadores chamam de acontecimento é agarrado direta e inteiramente; é-o sempre completa e lateralmente, [...], digamos através dos *tekmeria*, dos vestígios”. O documento escrito como uma, entre tantas espécies dos *vestigios* do passado (BLOCH, 2001). Salieta esse autor que o desvelamento desses vestígios do passado é tarefa que sempre parte do presente e de forma indireta. É o historiador trabalhando e observando a História a partir de fontes produzidas por ‘outros’. Assim, enfatiza Bloch (2001, p. 79) que a pesquisa histórica tem que superar uma resignação às fontes. Para tal, o fundamental e necessário é impor e saber formular ‘perguntas’ às fontes.

O falar por si dos documentos escritos representa escolhas lógicas, mas subjetivas do historiador, em função de sua posição numa estrutura social, seus interesses temáticos, suas ideologias. Tais premissas desmontam a possível imparcialidade dessa fonte documental (TOPOLSKY, s/d, p. 298-349), além de apresentarem lacunas, já que uma possível ausência de documentos escritos para um acontecimento é tão significativa quanto sua existência (VAINFAS, 2002; LEVI, 2000). Assim, pode-se dizer que “para o historiador todo o testemunho quer escrito, oral ou arqueológico, numismático ou epigráfico, é ‘documento’”. (CIPOLLA, 1995, p. 43).

Não existe documento que seja imparcial, puramente objetivo em seu conteúdo, inócuo na sua narrativa. Os documentos escritos como material das feitura históricas são escolhas do historiador. Nesse sentido, aponta Le Goff (1990, p. 547): “A intervenção do historiador que escolhe o documento, extraindo-o do conjunto de dados do passado, preferindo-o a outros, atribuindo-lhe um valor de testemunho que, pelo menos em parte, depende de sua própria posição na sociedade de sua época e da sua organização mental, insere-se numa situação inicial que é ainda menos ‘neutra’ do que a sua intervenção.”

Assim, traço um viés que aponta para o documento escrito como produto fabricado a partir de uma determinada relação de forças, de poder, num passado de uma sociedade (SAID, 1990). Esse documento perpassa pela atuação do historiador, nas suas escolhas e nos seus silêncios e ocultamentos, materializados como objetos finais na textualidade da produção histórica. “O documento, pois, não é mais para a História, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir, no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações.” (FOUCAULT, 1997, p. 7).

Documento material

Esse é o *leitmotiv* de qualquer fazer arqueológico, até mesmo teórico. Nesse campo, mesmo sem o cheiro da terra e o som da colher de pedreiro, trabalha-se também com o documento material, quer seja pelos vieses dos textos.

Aguarde um pouco! Logo mais falo sobre documentação material pela senda arqueológica. Agora, apresento algumas equivocadas alegações provindas do olhar da História sobre tal fonte. Equivocadas, pois se assentam na pretensa completude, isenção e supremacia do documento escrito em relação aos acontecimentos humanos. Acompanho as tais alegações que Menezes (1973) apresenta sobre esses equívocos em relação à natureza da documentação material no estudo do passado humano (e do presente também): a) as coisas materiais são representações incompletas em relação aos fenômenos do universo social; b) a documentação é residual, pois num sítio arqueológico restam apenas vestígios que sofreram as mais variadas ações culturais e naturais. Tais alegações carecem de fundamento. Apenas destacam um grande equívoco ao separar o material do não material, já que é impossível não reconhecer a ubiqüidade das coisas materiais/imateriais que perpassam toda ação humana, seus vestígios, seus restos. Cutucando essa dicotomia, diz Moberg (1986, p. 60): “[...] a noção de cultura é já propriamente falando imaterial. Na verdade, as questões para as quais o arqueólogo procura resposta concernem exatamente o imaterial”.

Um intervalo. É preciso agora um clareamento. Um conceito, na fundamentação de abrir palavras:

Por cultura (documento) material poderíamos entender aquele segmento do meio físico que é socialmente apropriado pelo homem. Por apropriação social convém pressupor que o homem intervém, modela, dá forma a elementos do meio físico, segundo propósitos e normas culturais. Essa ação, portanto, não é aleatória, casual,

individual, mas se alinha conforme padrões, entre os quais se incluem os objetivos e projetos. Assim, o conceito pode tanto abranger artefatos, estruturas, modificações da paisagem, como coisas animadas (uma sebe, um animal doméstico), e, também, o próprio corpo, na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações, pinturas) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica) (MENESES, 1973, p. 112).

Um amplo conceito, porém, quase completo. Quase, pois documento/cultura material instigam, para o que Moberg apontou acima como o *imaterial*, a direção das questões para as quais busca resposta o arqueólogo: significados, símbolos, leituras. Já falo disso. Vale ressaltar que nem toda a Arqueologia busca respostas, quanto mais formula questões.

Está bastante firme ainda na Arqueologia uma posição teórica – o histórico/culturalismo⁴ – que contempla o documento material com semelhantes pressupostos da escola positivista, os artefatos falando por si próprios, por exemplo. Aqui, documento/cultura material é para ser medida, quantificada, datada, seriada, narrada e descrita num texto final de autoridade baseada no empírico pesquisado. Compara-se tal texto com outros já conhecidos e publicados e tem-se mais um elo numa seqüência de distribuição geográfica de artefatos e suas relações com tradições⁵ já identificadas.

Pareada com a escola histórico-cultural, há outra, a do pós-processualismo⁶ que propugna pelo ler tal cultura, buscar na sua materialidade por símbolos e significados. Essa alegada leitura faz muxoxo sobre esse debate dito cansado, tenso em sua persistência.

Bem, cansaço é tempo de parada, tomar fôlego e continuar caminhando.

A propósito, salienta Johnson (1999, p. 26): “É quase impossível apresentar um embasamento teórico para um argumento acadêmico sem que haja alguma confusão para alguns e irritação ou enfado para outros.” É como se do altar consagrado do empírico dos artefatos, demonstrando por eles próprios o que seja a pesquisa arqueológica, se exclamasse (e comumente se exclama mesmo): Queremos ver como é possível ler cacos de cerâmica!

É Hodder (1994) que salienta por essa ênfase na real possibilidade de se ler o documento/cultura material. Não são artefatos isolados que facilitarão tal leitura. A Arqueologia não escava coisas, mas pessoas como já foi tanto dito e repetido. Melhor dizendo, escava as coisas das pessoas que estão num amplo contexto inter-relacionado, como foi antes sugerido no conceito de documento/cultura material. Destaca Hodder (1994, p. 17) que dedução ou inferência qualquer que seja, em Arqueologia, só pode advir do

documento/cultura material. Portanto, o problema não está apenas em como ler simbolismo ou significado, mas que Arqueologia fazer para a ação de tal leitura. Para tal, diz Hodder (1994, p. 140):

Os significados da cultura material estão influenciados em grande medida por considerações tecnológicas, físicas e funcionais. A natureza prática e parcialmente não cultural destes fatores permite uma leitura do 'texto' da cultura material muito mais simples do que se estivesse constituído exclusivamente por signos lingüísticos arbitrários. O contexto da cultura material não só é abstrato e conceitual, senão também pragmático e não arbitrário.

É um incômodo desafio, quer seja por irritação ou enfado, fazer uma Arqueologia para além do empírico formalizado e descrito. Porfia é labutar por abstrato e conceitual, por símbolos e significados numa abrangência contextual das evidências. Nesse sentido, Holtorf (2002) propõe uma metáfora: a arqueologia encarada como uma pesquisa sobre a história de vida dos vestígios materiais. "Um estudo da história de vida dos objetos deve, portanto, não adotar qualquer premissa sobre o que eles eram, mas tentar entender no que eles se tornaram enquanto considerados como artefatos de um passado." (HOLTORF, 2002, p. 55).

Mudando a luneta para enfocar outra paisagem.

Acompanho as assertivas sobre o perguntar por cultura material, relacionado com o social, ou como tipos e culturas podem significar em termos sociais, nas idéias de Shanks e Tilley (1996). Para esses autores, a chamada arqueologia tradicional responde, dentre várias posturas a esses questionamentos, esquivando-se completamente sobre significado social com o documento/cultura material. Já lá se vão muitos anos de disputa entre classificações meramente técnicas de um lado e leituras pelo significado ou o pelo social de outro. Porém, qualquer que sejam as classificações, não são meramente encaradas como reflexo de práticas sociais ou de sistemas cognitivos que o documento/cultura material se coloca, mas numa ação que envolve a formação e concretização de tais práticas e sistemas. Dando suas respostas a tais anteriores questionamentos, dizem Shanks e Tilley (1996, p. 114):

A cultura material é estruturada em relação a uma específica totalidade social, histórica e espacialmente constituída. [...] Ao mesmo tempo, itens da cultura material no registro arqueológico, são significativamente constituídos e ligados por relações estruturais subjacentes a sua presença física, formando uma rede de conexões. [...] As relações de significado da cultura material no registro arqueológico referem-se à intersubjetividade de ações humanas sociais.

Bem, o que aqui já dito foi sugere que tal tema de debate entre documento escrito e documento material, apesar de cansado, mantém-se tenso na sua continuidade. Talvez, nas atuais frentes de atuação da Arqueologia histórica, tal debate possa se mostrar insosso. Quem sabe, subjaz nele um confronto sem mais sentido teórico-metodológico entre esses tipos de documentos, já que se ampliam em outras fontes tantas – pictográficas, cartográficas, fotográficas, orais (PURSER,1992), etc. – que suportam a pesquisa arqueológica. Esse confronto não estará talvez escamoteando ainda uma corruscante disputa entre saber/poder de campos diferentes da produção do conhecimento dentro das ciências humanas? Não será, quiçá, uma *razzia* entre discursos acadêmicos como aponta Foucault (1998, p. 9), no sentido de produzi-los visando ao controle, à seleção, organização e redistribuição de procedimentos que, por sua vez, visam conjurar e dominar textos com uma materialidade normatizada? Ficam essas elocuições espiando por detrás do cansaço, azucrinando a tensão.

Volto ao frente a frente do documento escrito/documento material.

Achegas de alguns autores com a tensão documental

Caminho, de agora em diante, pelas trilhas de alguns autores que expuseram suas idéias sobre a tal tensão.

Afirmando que não é possível abolir a distinção entre artefato e texto no sentido de dissolver a tensão, Andrén (1998, p. 113-134) apresenta cinco diferentes tradições dentro da Arqueologia histórica sobre esse tema: 1) tradição estética: a cultura material como ponto de partida para as produções textuais; 2) tradição filológica: a partir de problemas lingüísticos a Arqueologia encarada como suporte para a Filologia; 3) tradição histórica: onde há insuficiência de registros escritos, a Arqueologia é usada como complemento à produção textual; 4) tradição histórico-cultural: a presença ou ausência de textos faz pouca diferença, já que a Arqueologia não busca preencher lacunas nas fontes escritas mas visa ao artefato como principal interesse; 5) tradição arqueológica: aplicação da Arqueologia onde os textos são poucos ou inexistentes, buscando por analogias históricas e por muitas e amplas fontes escritas. Sumariando o apresentado, diz o autor (1998, p. 146):

Ambos, artefato e texto e a relação entre eles pode ser percebida de diferentes trajetórias, dependendo de diversas perspectivas e tradições. Podemos ver o artefato e o texto como categorias, como objetos, como documentos ou como contextos discursivos e em cada uma destas perspectivas as relações podem ser definidas diferentemente.

Aqui um autor coloca a tensão entre artefato e texto e propugna por relações entre eles, montada em perspectivas diferentes. Além de relações, aponta por semelhanças como analogias: “O contexto específico da Arqueologia Histórica é assim criado numa busca por semelhanças entre o artefato e o texto. [...] artefato e texto como ‘analogias contemporâneas” (ANDRÉN, 1998, p. 156).

Num livro sobre Arqueologia ajudada por textos (*text-aided*), Little (1992) fala sobre mitos documentais e sobre a pesquisa arqueológica, no sentido de que esta pode derrubar construções históricas criadas e perpetuadas através da documentação escrita em relação aos acontecimentos humanos. A Arqueologia vista como um potencial para questionar determinados propósitos da História, bem como particulares narrativas do passado. Para ilustrar a pontuação da autora, encontra-se o seguinte em Cipolla (1995, p. 43):

[...] a relação entre o testemunho literário e a documentação arqueológica não é a que existe entre uma senhora e uma escrava, como se costumava dizer. Os dados arqueológicos são uma fonte primária em pé de igualdade com um texto de Tácito ou com uma inscrição.⁷ O historiador deve reconhecer que estes podem integrar a documentação literária, contradizê-la [...], ou então fornecem informações sobre assuntos em que o registro histórico é completamente mudo.

Sobre as relações entre documentos e dados arqueológicos, estas podem ser pensadas como interdependentes e complementares ou como dependentes e contraditórias (LITTLE, 1992; 1994). Segundo a autora (1992, p. 4), “[...] a adoção de uma ou outra depende das questões que são feitas ou dos pontos de vista da interpretação”. Aqui, um texto que conjuga relações com questões e interpretação diante da tensão documento escrito/documento material.

Denominando de “debate sobre a integração das evidências arqueológicas e históricas”, Senatore e Zarankin (1996, p. 115) apresentam duas perspectivas – Historicista e Arqueológica – que trabalham de forma diferenciada entre si sobre essa tensão documental. A Perspectiva Historicista não dá importância à diferença entre documento escrito/documento material; a análise das fontes escritas é trabalho *a priori* ao arqueológico; a História é complementada pelas informações arqueológicas. “Desde este ponto de vista teórico, a Arqueologia funciona como complemento e sua contribuição ao conhecimento do passado é limitado e dependente da presença da evidência histórica” (p. 118). Diferentes abordagens são advindas da Perspectiva

Arqueológica onde é possível se utilizar a documentação escrita como possível fonte geradora de hipóteses;⁸ enfoca distintamente os dados obtidos através de documentos escritos e documentos materiais; propõe uma avaliação das fontes históricas relacionadas com a pesquisa arqueológica. Para quem trabalha sob essa perspectiva, “ a base empírica é a evidência material. [...] as hipóteses devem ser contrastadas com os dados gerados a partir da análise do registro arqueológico. [...] a elaboração de hipóteses pode efetuar-se tomando diversas fontes, entre as quais podem estar as históricas” (p. 119).

Pelo visto, a tensão permanece. As duas perspectivas são confrontantes no sentido de almejar-se uma integração entre as duas fontes documentais.⁹ Indo pela Historicista, encara a Arqueologia como uma técnica a serviço de emulações da História. Na senda da Arqueológica, presume uma integração das fontes e a possibilidade de a Arqueologia formular perguntas alternativas à da História. Para Feinman (1997, p. 371), cinco características precisam ser consideradas quando o arqueólogo escolhe trabalhar com uma das perspectivas: a) numa pesquisa arqueológica quase sempre os vestígios materiais são privilegiados pela existência de documentos escritos; b) freqüentemente os documentos escritos são selecionados de forma aleatória; c) a idéia de tradição é sempre algo tratado como imutável e eterno; d) há um geral desinteresse por escalas espaciais; e) ciência e história são falsamente justapostas.

Contraopondo-se às perspectivas acima descritas, apontam Pedrotta e Gómez Romero (1988) que tanto o registro arqueológico como o registro escrito são *dados* transformados pelo pesquisador em construções conceituais; por conseguinte, igualam em importância para o conhecimento do passado. Para esses autores, tanto o registro arqueológico como o registro escrito “[...] são derivados a partir de objetos empíricos e de acordo com certos objetivos, metas e procedimentos da pesquisa”. (1998, p.121).

Nem pela importância nem pela integração, mas por uma independência epistêmica, advoga Kosso (1995), a Arqueologia Histórica é um campo que se beneficia com essa situação. Sem bem esclarecer o que entende por independência epistêmica,¹⁰ mas, construindo um texto sobre esse tema, o autor joga com duplas em tensão: Arqueologia/História, fontes materiais/ fontes textuais, texto/artefato, texto/Arqueologia.

O referido benefício usufruído pela Arqueologia Histórica diz respeito à circunstância de que o registro textual não é necessariamente independente do registro arqueológico. Ambos jogam um papel de suporte um para com o outro, porém de forma independente epistemicamente (KOSSO, 1995, p. 178). Argumentando sobre essa independência, aponta que ambas

evidências requerem a mesma responsabilidade de justificação enquanto construções conceituais e referentes aos acontecimentos humanos. “Nem uma nem outra fonte de informação, texto ou Arqueologia, é assumida como tendo mais autoridade epistêmica do que a outra. Cada qual é uma evidência útil e persuasiva para outra por causa das suas mútuas independências”. (p. 181). A tensão entre as duas fontes se estabelece pelo fato de que os textos freqüentemente falam de eventos de significações pontuais, de curto tempo, ao passo que documentos materiais tratam, em sua maioria, de eventos de ampla duração, processos de longos tempos.

Na conclusão, o autor alerta para se desconfiar dessa separação entre documento escrito/documento material como determinação de independência. Ao mesmo tempo sussurra com probabilidade e benefício para a Arqueologia Histórica sobre essa possível independência epistêmica: “Usando textos e Arqueologia como evidências complementares, isto não assegura a independência, mas é um bom lugar para vê-la. [...] É provável, ainda que não garantido, que textos e Arqueologia podem se beneficiar cada qual como evidências independentes”. (KOSSO, 1995, p. 194).

Ah! Proposta de abrir palavras. Quando tento abrir a “fechadura” de suas imbricações, as palavras formam teias viscosas que vão se fechando em tramas sem fim tal qual os mistérios dos buracos-negros. Mesmo assim, volto a elas no que foi acima escrito sobre a tensão, cuja referência delas advém. Cansaço de debate, esticamento de conceitos, a tensão documento escrito/documento material parece ser insolúvel. Perpassa por independência epistêmica, integração, confronto, igualdade, submissão, relação, complemento, distinção, tentativas de palavras que dêem conta de tal tensão. Não dão! Ardilosamente entre elas, uma se esconde e talvez possa, mesmo embaralhando mais a trama, trazer um substrato de compreensão à tensão. Trata-se da *diferença* como conceito de contraponto em documento escrito/documento material. A Arqueologia Histórica trabalha num campo onde permanece a *diferença* entre duas fontes documentais referentes – às vezes sim, às vezes não – aos mesmos acontecimentos ou a evidências das ações humanas (LEONE; CROSBY, 1987).

Retorno ao *Dicionário Aurélio*. Para *diferir*: ser diferente, distinguir-se, divergir, discordar. Para *diferençar*: estabelecer diferença ou distinção entre, distinguir, tornar diverso. Dois verbos assemelhados e contrapostos, entre eles o substantivo *diferença*:¹¹ diversidade, dessemelhança, divergência.

A tensão entre as duas fontes documentais se estabelece por uma diferença em si mesma. Um mesmo acontecimento vai ser apreendido, de

um lado, pelo documento escrito e, de outro, pelo documento material. A diferença se pontua na produção de conhecimento sobre aquele acontecimento. São fontes independentes porque diferentes nessa produção. Tudo o que é diferente, assim é em virtude de algo. Esse algo é o acontecimento, transformado e criado como evidência textual e material pela diferença. Nesse sentido, aponta Deleuze (1997, p. 43): “A diferença é estado da determinação como distinção unilateral. De diferença, é preciso dizer que faz, ou que ela se faz, como na expressão ‘fazer a diferença’.”

A palavra diferença designa, ao menos, dois sentidos fundamentais (LALANDE, 1996): 1) relação entre objetos de pensamentos diferentes – documento escrito/documento material; 2) as características que constituem a diferença em si mesma – texto/cultura material. Portanto, para além de independência entre as fontes escritas e materiais, estabelece-se uma diferença epistêmica entre elas quando visam (e sustentam) a produção do conhecimento no campo da Arqueologia.

Por fim, busca-se um fechamento com a ajuda de Derrida (1991, p. 43): “[...] Por outro lado, as diferenças são, elas próprias efeitos. Não caíram do céu inteiramente prontas; estão tão pouco inscritas num *topos noetos* como prescritas na cera do cérebro.”

Assim sendo, encerro esses prolegômenos sobre um tal tema assim dito cansado, enfadonho ou irritável. Pelo visto, vai ainda render muita estrada e caminhada em sua inevitável tensão para os rumos das brumas de diferenças e contrapontos.

2.2 Os casos: as palavras com as coisas

Apresento, nos passos a seguir, os dois casos. Verifico como a tensão entre fontes foi trabalhada, perpassando suas diferenças.

“Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX”

Este trabalho (SYMANSKI, 1998) foi originalmente apresentado como uma dissertação de mestrado em História, com área de concentração em Arqueologia, pela PUCRS, sob o título “Grupos domésticos e Comportamento de Consumo em Porto Alegre no século XIX: o Solar Lopo Gonçalves.” Trata-se de uma pesquisa arqueológica inserida dentro do estudo de unidades residenciais ocupadas por grupos familiares. O autor analisou os elementos materiais que foram rotineiramente usados e, após perderem sua funcionalidade, descartados como lixo no quintal de uma habitação. Teve a possibilidade de recuperar facetas do cotidiano de dois grupos

domésticos de uma sociedade. Na pesquisa, os itens materiais exumados¹² de uma residência oitocentista porto-alegrense, o Solar Lopo Gonçalves, foram analisados a partir de uma estrutura de comportamento de consumo, visando verificar a forma como variáveis socioculturais, tais como o *status* socioeconômico de um determinado grupo, se manifestam no registro arqueológico. Além da pesquisa arqueológica, foi realizada uma ampla pesquisa na documentação escrita¹³ que possibilitou informações sobre o modo de vida de grupos familiares que habitaram Porto Alegre no século XIX.

Para Symanski (1998), o material arqueológico exumado na pesquisa representa uma fonte que, ao contrário dos registros escritos, não sofreu distorções segundo interesses ou valores das pessoas que a produziram.¹⁴ Documentos escritos são encarados como aliados a documentos materiais. As fontes escritas foram pesquisadas privilegiando informações sobre a cultura material. Dentre elas, os inventários *post-mortem* receberam o principal enfoque, pelo fato de que a pesquisa tinha como objetivo o estudo sobre uma estrutura de comportamento de consumo, no caso a variabilidade do *status* socioeconômico, e sua manifestação no registro arqueológico.

A Arqueologia Histórica, de acordo com Symanski (1998, p. 16), representa um campo potencialmente fértil que apresenta um confronto entre “[...] aquilo que foi escrito (fontes documentais) e o que foi feito (fontes materiais) [...]”. Nesse sentido, o autor explica uma certa discrepância entre uma fonte documental destacadamente usada na pesquisa – os inventários *post-mortem* – e os itens materiais exumados:

Há evidentes distinções entre a tralha doméstica descrita em inventários e aquilo que é comumente encontrado no registro arqueológico [...]. A maioria do material encontrado no registro arqueológico, por sua vez, ou não é listado nos inventários ou, quando arrolado, sua descrição é tão superficial que dificilmente permite uma identificação que seja válida para os propósitos de pesquisa dos arqueólogos. (SYMANSKI, 1998, p. 122).

A tensão documento escrito/documento material, nesse caso, foi encarada sob aspectos de aliança e confronto. Aliança, pois as hipóteses foram arqueológicas e a documentação escrita encarada como apoio para sua verificação. O confronto adveio da discrepância entre as informações dos inventários e as obtidas através dos itens materiais exumados. Havia uma expectativa em torno das evidências arqueológicas, qual seja, a de refletirem o *status* socioeconômico dos grupos familiares da unidade doméstica pesquisada. O que houve então: o documento/cultura material não refletiu ou espelhou as informações colhidas nos documentos escritos.

Instalou-se o que o autor chamou de discrepância: os moradores, correspondentes ao primeiro grupo doméstico da unidade pesquisada, eram prósperos comerciantes e os itens materiais desenterrados não correspondiam a tal *status*. Situação que requereu adicional exploração na documentação escrita. Ficou constatado que o Solar era considerado moradia rural, desde o início do último quartel do século XIX, na Porto Alegre de então. Conclui o autor (1998, p. 247): “ Parece ter sido comum, portanto, no campo, a manutenção de um modo de morar mais tradicionalmente rústico, mesmo entre famílias de maior poder aquisitivo.”

Bem, parece assim que a tensão vai mesmo percorrendo atuais pesquisas da Arqueologia Histórica. Seja por aliança, seja por confronto, parece mesmo que a diferença entre documento escrito/documento material, além de epistêmica na produção do conhecimento, tem arduas diferenças de acordo com expectativas ou escolhas teórico-metodológicas do arqueólogo, quer seja no viés historicista ou no arqueológico, conforme antes mostrado por Senatore e Zarankin (1996).

“A colonização portuguesa da ilha de Marajó: espaço e contexto arqueológico-histórico na missão religiosa de Joanes”

Trata-se de uma dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, pela PUCRS, na área de concentração Arqueologia. Segundo Lopes (1999), esse trabalho visou um estudo sobre relações entre sociedades européias, a partir da conquista portuguesa, e ameríndias, situadas na foz do rio Amazonas. Para tal usou uma abordagem teórica oriunda da arqueologia espacial.¹⁵ Utilizou os métodos exploratório-indutivo e teórico-dedutivo com enfoque em análises documentais escritas, cultura material de um sítio arqueológico e prospecções de campo.

A pesquisa arqueológica realizou-se num sítio com características pré-históricas e históricas, localizado em Joanes, na ilha de Marajó. Caracteriza-se, portanto, por duas diferentes ocupações de um mesmo espaço: uma missão religiosa – primeiramente jesuíta (século XVII) e depois franciscana – erigida sobre um assentamento indígena e por uma ocupação administrativo-militar da Coroa portuguesa (segunda metade do século XVIII). De acordo com Lopes (1999), nesse trabalho não houve escavação arqueológica. É relatada apenas uma intervenção com o fito de um salvamento arqueológico realizado em 1986 (sítio PA-JO-46: Joanes), cujo material arqueológico foi analisado para a realização dessa dissertação.

As pesquisas arqueológicas foram antecedidas de consultas a fontes históricas,¹⁶ cartas geográficas, imagens de radar, iconografia, fotografias e a análise do material arqueológico¹⁷ coletado a partir do salvamento acima

referido. Como não houve trabalhos de escavação, realizaram-se apenas ações de prospecções e mapeamento do sítio arqueológico. Essa circunstância levou a uma reformulação de objetivos da pesquisa, “buscando estabelecer também as hipóteses, pensadas a partir da consulta a fontes históricas escritas (primárias e secundárias) e da análise do material arqueológico de Joanes”. (LOPES, 1999, p. 12). Bem, apareceu a tensão nesta pesquisa. Aqui apresentada, devido a modificações em objetivos iniciais, como ponto de partida da documentação escrita para hipóteses nas atividades arqueológicas, subsidiadas por documentação material de outra intervenção que não a da pesquisa.

Tendo como um dos objetivos a compreensão do papel político, econômico, social e cultural dos missionários, quando foram estabelecidos contatos com os indígenas, segundo Lopes (1999, p. 15), “a postura arqueológica de análise” foi buscar subsídios na documentação escrita com a finalidade de construir “explicações a respeito do fenômeno estudado”. (p. 15). Outra abordada na tensão das fontes, foi aqui no abalroar documento escrito/documento material num sentido de subsidiar *postura arqueológica* e suas construções explanatórias. Dito de outra forma, segundo Lopes (1999), as fontes documentais escritas podem ser encaradas como um dos suportes analíticos para a Arqueologia Histórica. Os outros seriam a iconografia, a fotografia e os mapas.

Para Lopes (1999), o documento escrito deve ser considerado a partir de uma perspectiva arqueológica que não é a de apenas confirmar ou contestar tais documentos, expor lacunas nessa fonte documental ou utilizá-la como orientação para a localização geográfica da área a ser pesquisada. Pelo contrário, para o autor, o documento escrito pode ser contrastado com o documento/cultura material, tendo como ponto de partida a perspectiva arqueológica, a partir da qual e, através do embate das fontes, pode-se inferir sobre organização sociocultural e espacial do sítio pesquisado. Além de subsidiar e apoiar, a tensão é aqui também referida pelo contrastar. É realmente saboroso esse jogo de abrir palavras que busca dar meandros à diferença entre documento escrito/documento material, na tensão.

Falando de *significados verbais* como expressão de símbolos e de funções, assim conclui Lopes (1999, p. 56) sobre como entende a tensão das fontes para a pesquisa em Arqueologia Histórica:

A partir de uma perspectiva arqueológico-histórica, nossa análise irá considerar os documentos históricos e os vestígios arqueológicos como textos que devem ser lidos e interpretados de acordo com

suas especificidades: os documentos históricos devem ser abordados de uma forma crítica, que contemple o contexto em que foram produzidos; o registro arqueológico, texto pré-histórico e histórico por excelência, deve ser lido de forma coerente, a partir de uma postura teórico-metodológica adequada.

Na conclusão, Lopes (1999) afirma que a pesquisa foi centralizada no arrolamento das fontes escritas como subsidiárias aos trabalhos de prospecções arqueológicas e como análise laboratorial da cultura material advinda de salvamento arqueológico anteriormente realizado.

Destarte, uma leitura da tensão chama por coerência, adequação e especificidade entre documento escrito/documento material, interpondo um sutil véu conceitual entre a diferença das fontes, assim como a película fina e transparente separa as diversas camadas da cebola. Ali sempre está, apesar de nosso choro ao descascá-la, marcando diferença na sua transparência e no limite, em relação a um acontecimento único, a cebola.

Bem, assim termino este apresentar de palavras com as coisas, os casos dessas dissertações. São meros exemplos, permeados de distintas aberturas às palavras, que pontuam ou, mais ainda, destacam a continuidade da tensão entre documento escrito/documento material. Assim como as diferentes marés apontam sempre para o mesmo oceano, as mesmas estações trazem sempre diferentes outonos.

3 Para não concluir

Agora, no finalmente deste escrever está o autor, nas agruras de um não concluir. Por que assim? Fica bastante claro que tal tensão, na Arqueologia, ainda não tem conclusão. Terá? Haja vista na peculiar denominação de um campo onde essa tensão se manifesta: Arqueologia Histórica. Desmembrando em intrusões: Arqueologia (documento/cultura material) e História (documento escrito). Na denominação e conformação, a inermidade que torna inexorável a tensão das fontes perpassa e confirma entre elas a diferença, não de identidades, não entre identidades, mas diferença entre qualidades de fontes na produção do conhecimento sobre os mesmos acontecimentos com registros distintos para dissemelhantes eventos.

Neste não concluir, posso talvez pensar o arqueólogo como um leitor-autor-produtor de textos. Leitor da cultura material visando à identificação dos significados e símbolos em fatores tais como gênero, classe,¹⁸ etnia, escolhas, comportamentos, contextos e assim no mais. Numa primeira

consideração, o arqueólogo é como leitor do sítio, entidade criada através de tantos longos anos, através das mais diversas ações humanas intencionais e não-intencionais, através dos mais díspares e atuantes processos naturais na sua conformação e mudanças. Numa segunda consideração, o arqueólogo é como autor-produtor de textos sobre o tal sítio. Texto que é a culminância de um longo e complicado processo que se inicia com a primeira visita ao campo, o primeiro contato com documentos escritos seguindo, depois de várias etapas, com as intervenções na terra de onde advirão os documentos materiais que serão limpidos, classificados, analisados, sintetizados, interpretados e, finalmente, publicados num tal texto de autoria arqueológica.

Fica evidenciado um ardiloso jogo diante do sítio-texto, onde circulam os papéis representativos e diferentes ou convergentes do arqueólogo-leitor/arqueólogo-autor-produtor de textos. Nessa verve, sugere Dyson (1995 p. 35) o seguinte:

O resultado final desta enrolada combinação de processos humanos e naturais tem sido a criação de um texto arqueológico básico, com sua complexa combinação de distorção e significado. Aqui entra o arqueólogo como leitor, cujo propósito é criar um novo tipo de texto intencionado para várias audiências. [...] o arqueólogo torna-se não somente o leitor do sítio, mas também, desde o começo da pesquisa de campo tanto quanto desde o momento da escrita do primeiro relatório, o autor do sítio.

Dos autores apresentados, como um panorama da tensão, André (1998) afirma que não é possível abolir a distinção entre documento escrito (texto) e documento material (artefato). Sugere até que tal confronto é inócuo para o campo da Arqueologia Histórica. Little (1992) fala do potencial que a Arqueologia possui para questionar pressupostos da História. A tensão das fontes se dá mediante relações que podem ser interdependentes e complementares ou dependentes e contraditórias. Duas perspectivas – Historicista ou Arqueológica – são mostradas por Senatore e Zarankin (1996) ao tratarem da tensão das fontes com relação ao trabalho da Arqueologia Histórica. Contraindo-se a esses autores, Pedrotta e Gómez Romero (1998) sustentam por uma igualdade das fontes, em função de serem ambas construções conceituais. Por fim, Kosso (1995) salienta que entre documento escrito/documento material se estabelece mesmo uma independência epistêmica. Tal conceito foi aqui costurado como diferença, quicá epistêmica na tensão das fontes, com a finalidade enfocada na produção do conhecimento específico da Arqueologia Histórica.

Pelo jogo de abrir palavras – quer sejam confronto, relações, suporte, independência, diferença – da tensão aqui apresentada, fico mesmo em um não concluir. Como o campo onde este conhecimento é criado tem expresso tal tensão na sua peculiar denominação de Arqueologia Histórica, o esticamento das fontes é fazer constante do caminho, sem conclusões. Como se diz no popular: “É no andar da carroça que as abóboras se acomodam.” Senda que vai trilhando a Arqueologia Histórica, acomodando a tensão, seja pelo cansaço do debate ou pelo incômodo.

Notas

1 “[...] documento é definido como qualquer informação fixada em um suporte”. (LOPEZ, 1996, p. 16).

² Um conceito: “Arqueologia Histórica é a Arqueologia auxiliada por textos que usa uma combinação de métodos e fontes arqueológicas e históricas com as perspectivas de estudar o passado recente”. (FAGAN, 1996, p. 279).

³ “[...] a história positivista considera científico um método indutivo fundado no empirismo absoluto. No caso da História, o fato histórico substitui as experiências. Como os fatos falam por si próprios, basta sua reconstituição.” (BURGUIÈRE, 1993, p. 614).

⁴ Enfoca, principalmente, o estudo de seqüências regionais empiricamente documentadas pelos artefatos. Destaca reconstruções cronológicas minuciosas e descritivas, enumerando as culturas arqueológicas e ressaltando atributos técnicos dos artefatos exumados. Explica mudanças culturais como causadas externamente, através de migrações de povos ou difusão geográfica das culturas.

⁵ Tradição: “Uma seqüência de estilos ou de culturas que se desenvolvem no tempo, partindo uns dos outros, e formando uma continuidade cronológica”. (SOUZA, 1997, p. 124).

⁶ Vão, na sua hoste, desde hiper-relativistas a moderados. Abrange diversas tendências teóricas atuais, advindas da Sociologia, da Semiótica, do Estruturalismo, da Filosofia, do Marxismo, do Feminismo, entre outras. Trouxe, com ênfase na interpretação, para a Arqueologia, a dimensão dos significados simbólicos que variarão e se destacarão em diferentes contextos culturais. Propugna a

destacada ação dos arqueólogos enquanto construtores do passado a partir de sua classe social, ideologia, cultura e gênero como pontos de partida para suas perguntas que formulam evidências arqueológicas.

⁷ Para essa fonte, pode-se consultar o texto de Purser (1992) que entrelaça História Oral com Arqueologia Histórica.

⁸ Pode-se acrescentar que *inscrição* refere-se a toda materialidade da cultura para a Arqueologia.

⁹ Nesse sentido, como uma boa sugestão ou um exemplo de hipótese de trabalho a partir da Arqueologia para *silêncios* ou *lacunas* nos documentos escritos, consultar Hall (1999).

¹⁰ Além dos pontos confrontantes apresentados, um tema também espinhoso diz respeito à etnicidade nas evidências pesquisadas pela Arqueologia Histórica. Sobre esse tema e sua inclusão na tensão documento escrito/documento material na elucidação sobre etnicidade, consultar Jones (1999).

¹¹ “Pode-se usar ‘epistêmico’ em substituição ao ‘epistemológico’. Epistêmico é ‘relativo ao conhecimento’. Pode se empregar ‘epistêmico’ para caracterizar certo tipo de questões e certas noções que se colocam e se usam, respectivamente, quando se estudam expressões que envolvem atitudes proposicionais”. (MORA, 1994, p. 1040). Sobre esse assunto – epistêmico/epistemológico – pode-se consultar também Audi (1997); Dancy e Sosa (1996) e Japiassu (1979).

¹² Trata-se aqui de diferença no sentido epistemológico, na produção do conhecimento. Para outras *diferenças*, quer sejam étnicas, culturais, religiosas,

econômicas ou sociais, consultar Canclini (1999) e Semprini (1999) entre outros.

¹³ Foram os seguintes: louça, vidro, ossos, metal, cerâmica – através de tradagens e de escavação arqueológica. WURST, Louann. *Internalizing class in historical archaeology*. *Historical Archaeology*, v. 33 (1): 7-21, 1999.

¹⁴ Inventários *post-mortem*, memórias, relatos de viajantes, descrição de cronistas e informantes; bibliografia histórica e fontes historiográficas sobre Porto Alegre; bibliografia especializada. Além dessas, também foram utilizados dados arquitetônicos referentes ao tema da pesquisa.

¹⁵ “Campo da Arqueologia configurado nos anos 70 dentro da ‘Nova Arqueologia’. Estuda sistematicamente as relações humanas no espaço através da distribuição dos vestígios materiais e dos sítios. Duas obras, já clássicas, constituem a base teórica da Arqueologia Espacial: *Spatial analysis in Archaeology* (1976) Ian Hodder e *Spatial archaeology* (1977) de David Claerke”. (FRANCH, 1998, p. 80).

¹⁶ Visto assim, fica sugerido como se houvesse uma isenção de conflitos ou de *interesses* na possível inermidade dos vestígios arqueológicos. Pode-se contrapor, no entanto, a existência de relações de poder identificáveis nesses mesmos vestígios advindos de processos sociais ou de uma produção social do espaço (VARGAS ARENAS; SANOJA, 1999).

¹⁷ Foram consultados códices no Arquivo Público do Pará que constam de: regimentos, censos, diversas correspondências oficiais, índices de cartas régias, acartas régias e provisões, alvarás, descimentos.

¹⁸ Trata-se de cerâmica indígena, cabocla, de torno; ossos; metal (moedas); louça; porcelana e grés. Inclui-se, também, na documentação material, as ruínas das antigas missões religiosas existentes no sítio.

¹⁹ Classe ainda/também é assunto da Arqueologia, como exemplo consultar McGuire e Walker (1999) e Wurst (1999).

Referências

- ALCINA FRANCH, José (Coord.). *Dicionário de Arqueologia*. Madrid: Alianza, 1998.
- ANDRÉN, Andres. *Between artefacts and texts: historical archaeology in global perspective*. New York, Plenum Press, 1998
- AUDI, Robert (Ed.). *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. Cambridge: Cambridge Univ. Press, 1997.
- BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*: edição anotada por Étienne Bloch. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.
- CANCLINI, Néstor G. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- CIPOLLA, Carlo. *Introdução ao estudo da história econômica*. Lisboa: Ed. 70, 1995.
- CUYLER YOUNG JR., T. Since Herodotus, has history been a valid concept. *American Antiquity*, 53 (1):7-12, 1988.
- DANCY, J.; SOSA, E. (Eds.). *A companion to epistemology*. Oxford: Blackwell, 1996.
- DELEUZE, Gilles. *Différence et répétition*. Paris: PUF, 1997.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Campinas: Ppirus, 1991.
- DYSON, Stephen L. Is there a text in this site? In: SMALL, D. E. (Ed.). *Methods in the Mediterranean: historical and archaeological views on texts and archaeology*. Leiden: E.J. Brill, 25-44, 1995.
- FAGAN, Brian M. *The Oxford Companion to Archaeology*. New York: Oxford Univ. Press, 1996.
- FEINMAN, Gary M. Thoughts on new approaches to combining the archaeological and historical records. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 4, n. 3-4: 367-377, 1997.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1998.
- _____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- FUNARI, Pedro P. de A. et al. Introduction: archaeology in history. In: FUNARI, P.P. de A. et al. *Historical archaeology: back from the edge*. London: Routledge, 1999.
- HALL, Martin. Subaltern voices? Finding the spaces between things and words. In: FUNARI, P. P. de A. et al. *Historical archaeology: back from the edge*. London: Routledge, 1999.
- HILLS, Catherine. History and Archaeology: do words matter more than deeds? *Archaeological Review from Cambridge*, v. 14 (1): 29-36, 1997.
- HODDER, Ian. *Interpretación en arqueología: corrientes actuales*. Barcelona: Crítica, 1994.
- HOLTRE, Cornelius. Notes on the life history os a pot sherd. *Journal of Material Culture*, 7 (1): 49-71, 2002.
- JAPIASSU, Hilton. *Introdução ao pensamento epistemológico*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.
- JOHNSON, Matthew H. Rethinking historical archaeology. In: FUNARI,

- Pedro P. de A. et al. (Eds.). *Historical archaeology: back from the edge*. London: Routledge, 1999.
- JONES, Siân. Historical categories and the praxis of identity: the interpretation of ethnicity in Historical Archaeology. In: FUNARI, P.P. de A. et al. (Eds.). *Historical archaeology: back from the edge*. London: Routledge, 1999.
- KERN, Arno Alvarez. *Abordagens teóricas em arqueologia*. Trabalho apresentado em Mesa-Redonda sobre Teoria da Arqueologia, VIª Reunião Científica da Sociedade de Arqueologia Brasileira, Rio de Janeiro, 23/27 de setembro: 1 – 13, 1991. Texto xerografado.
- KOSSO, Peter. Epistemic independence between textual and material evidence. In: SMALL, D. B. *Methods in the Mediterranean: historical and archaeological views on texts and archaeology*. Lieden: E.J.Brill, 177-196, 1995.
- LALANDE, André. *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Unicamp, 1990.
- LEONE, M.P.; CROSBY, C.A. Middle-range theory in historical archaeology. In: SPENCER-WOOD, Suzanne (Ed.). *Consumer choice in historical archaeology*. New York: Plenum Press, 397-410, 1987.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- LITTLE, Barbara. People with history: na update on historical archaeology in the United States. *Journal of Archaeological Method and Theory*, v. 1 (1): 5-40, 1994.
- _____. *Text-aided archaeology*. Boca Raton: CRC Press, 1992.
- LOPES, Paulo R. do C. *A colonização portuguesa da Ilha de Marajó: espaço e contexto arqueológico-histórico na missão religiosa de Joanes*. 1999. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Univ. Católica, Porto Alegre, 1999.
- LOPEZ, André P.A. Documento e História. In: MALERBA, Jurandir (Org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas, São Paulo: Papirus, 1996.
- MC GUIRE, R.H.; WALKER, M. Class confrontations in archaeology. *Historical Archaeology*, v. 33 (1): 159-183, 1999.
- MENESES, Ulpiano T. B. de. *A cultura material no estudo das sociedades antigas*. São Paulo, Deptº de História/USP, 1973.
- MOBERG, Carl-Axel. *Introdução à Arqueologia*. Lisboa: Ed. 70, 1986.
- MONIOT, Henri. A história dos povos sem história. In: LE GOFF, J.; NORA, P. (Orgs.). *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986.
- MORA, J. Ferrater. *Dicionário de Filosofia*. Barcelona: Ariel, 1994.
- PACHECO, Leila M.S.; ALBUQUERQUE, Paulo T. de S. O Lajedo Soledade: um estudo interpretativo. In: TENÓRIO, M.C. (Org.). *Pré-história da terra brasilis*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1999.
- PEDROTTA, V.; GÓMEZ ROMERO, F. Historical archaeology: an outlook from Argentinean Pampas. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 2, n. 2: 113-131, 1998.
- PURSER, Margaret. Oral History and Historical Archaeology. In: LITTLE, B. *Text-aided archaeology*. Boca Raton: CRC Press, 1992.
- SAID, Edward W. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- SEMPRINI, Andrea. *Multiculturalismo*. Bauru: Edusc, 1999.

- SENATORE, M. X.; ZARANKIN, A. Perspectivas metodológicas en arqueología histórica: reflexiones sobre la utilización de la evidencia documental. *Páginas sobre Hispanoamérica Colonial – sociedad y cultura (3)*. Buenos Aires, PRHISCO: 113-122, 1996.
- SHANKS, M.; TILLEY, C. *Social theory and archaeology*. Cambridge: Polity, 1996.
- SOUZA, Alfredo M. de. *Dicionário de arqueologia*. Rio de Janeiro: Adesa, 1997.
- SYMANSKI, Luís C. P. *Espaço privado e vida material em Porto Alegre no século XIX*. Porto Alegre: Edipucrs, 1998.
- THOMAS, Julian. The socio-semiotics of material culture. *Journal of Material Culture*, v. 03(1): 97-108, 1998.
- VAINFAS, Ronaldo. *Os protagonistas anônimos da história: micro-história*. Rio de Janeiro: Campus, 2002.
- VARGAS ARENAS, I.; SANOJA, M. Archaeology as a social science: its expression in Latin America. In: POLITIS, G.G.; ALBERTI, B. (Eds.). *Archaeology en Latin America*. London: Routledge, 1999.
- TOPOLSKY, Jerzy. *Metodologia de la historia*. Madrid: Catedra, s/d.
- VEYNE, Paul. *Como se escreve a história*. Lisboa: Ed. 70, 1987.